



Projeto popular

O BRASIL QUE QUEREMOS:

O BEM VIVER DOS POVOS

*Vamos nos juntar à sombra desta
árvore para esperar?*

EXPEDIENTE

Comissão Episcopal para a Ação Sociotransformadora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

SE/Sul Quadra 801, Conjunto B - 70.200-014. BRASÍLIA - DF
Contato: (61) 2103-8300 - psocial@cnbb.org.br

Presidente:

Dom José Valdeci Santos Mendes, Bispo da Diocese de Brejo - MA

Membros:

Dom João Aparecido Bergamasco, Bispo de Corumbá - MS

Dom José Ionilton de Oliveira, SDV, Bispo da Prelazia do Marajó - PA

Dom José Reginaldo Andrietta, Bispo da Diocese de Jales - SP

Dom Limacedo Antônio da Silva, Bispo da Diocese de Afogados da Ingazeira - PE

Dom Geremias Steinmetz, Arcebispo Metropolitano de Londrina - PR

Assessores:

Alessandra Miranda

Padre Dario Bossi

Assessor entre 2016 e 2024:

Frei Olávio Dotto

Comunicação:

Cláudia Pereira

Osnilda Lima

Diagramação:

Mateus Leal

Coordenação da 6ªSSB:

Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara

Comissão Brasileira de Justiça e Paz

Comissão Pastoral da Terra

Conselho Pastoral dos Pescadores

Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais sem Terra

Pastoral Operária

Projeto Brasil Popular

Rede Jubileu Sul Brasil

Serviço Pastoral dos Migrantes

Setor de Mobilidade Humana da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

SUMÁRIO INTERATIVO

1	APRESENTAÇÃO	4
2	TEMPO DE UM PROJETO POPULAR	7
3	EIXOS ESTRUTURANTES: ECONOMIA, SOBERANIA E DEMOCRACIA	14
4	GRANDES TEMAS: TERRA, TETO E TRABALHO	19
5	PROCESSOS ESTRUTURANTES	28
6	FLUXOS ORGANIZACIONAIS	29



1 APRESENTAÇÃO

A 6ª Semana Social Brasileira (6ªSSB), sob o tema “Mutirão pela vida: por terra, teto e trabalho”, inspirou-se no tripé “*Terra, Teto e Trabalho*” articulado pelo Papa Francisco em seus Encontros com os Movimentos Populares. E considerando a conjuntura brasileira da época, 2018/19, a 6ªSSB definiu três eixos estruturantes, com o tema, para sua atuação, são eles: *democracia, economia e soberania*.

Com o objetivo de unir e mobilizar pessoas de boa vontade, famílias, igrejas, movimentos sociais e populares, e a sociedade brasileira, mobilizou-se para o “*Mutirão pela Vida*” promovendo o Bem-viver sem desigualdades, discriminações e preconceitos, adotando ações tangíveis para garantir Terra, Teto e Trabalho para todos, especialmente aos empobrecidos. Processo este que finalizou com os mutirões de escuta das comunidades, em março de 2024. Foi uma longa jornada de diagnósticos e análise do Brasil que temos e do *Brasil que queremos: o Bem Viver dos Povos*. O resultado do caminho percorrido está na sistematização deste Projeto Popular.

Importante ressaltar que, a Semana Social Brasileira, é uma realização da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, sendo a articuladora das ações a Comissão Episcopal para a Ação Socio-transformadora, que agrega parcerias entre as pastorais sociais, movimentos populares, igrejas e organizações alinhadas à defesa e compromisso com os direitos humanos e da natureza. As cinco edições anteriores das Semanas Sociais Brasileiras buscaram, no debate com a sociedade, compreender e propor soluções e alternativas para questões sociais relacionadas a superação das violações dos direitos humanos e da natureza.

Em síntese, as Semanas Sociais apontam para a necessidade de rever o modelo econômico e o processo de mercantilização da vida humana e da natureza e sugere que se ampliem as oportunidades de trabalho; que se fortaleçam as exigências éticas em defesa da vida e do meio ambiente; que se democratize o acesso à terra e ao solo urbano; que se olhe para o planeta Terra e com ele se relacione com responsabilidade humana, não o vendo como fonte de recursos a serem explorados, mas como um bem a ser preservado; que se promova uma nova economia e um consumo sustentável; que se democratize a comunicação e a informação e que se promova uma Reforma Política com participação popular.

Saiba mais sobre as Semanas Sociais Brasileiras, acesse:

<https://ssb.org.br/institucional/#historia>



O PROJETO POPULAR

Com base na experiência acumulada nas seis edições anteriores da Semana Social Brasileira e no processo em curso (2020-2024), reconhecemos a importância de ampliar a participação popular na reflexão e construção de projetos que visem transformar a realidade social.

Este projeto, portanto, não pretende abranger a totalidade das injustiças a serem reparadas, nem todas as transformações necessárias para superar os graves problemas que afligem a sociedade. Ao invés disso, buscamos, com base em prioridades definidas pela urgência e pela capacidade de mobilização da rede de atores sociais e pastorais envolvidos, contribuir para a superação do sofrimento e a construção da esperança em contextos desafiadores.

Importante considerar que o documento que segue não aprofunda em detalhe todos os temas trabalhados ao longo da 6ª Semana Social Brasileira, mas apresenta uma síntese. O acúmulo está sistematizado e consolidado nos materiais já publicados e divulgados: seis Cadernos de estudos; Ofícios Divino das Comunidades; Cartilha sobre eleições municipais; Guia de orientações metodológicas; Rodas de conversas, Cursos Popular <https://ssb.org.br/formacao/>

Outros conteúdos, acesse a Biblioteca

<https://ssb.org.br/biblioteca/>



2 TEMPO DE UM PROJETO POPULAR



Hoje, 2024, cinquenta grupos empresariais no Brasil têm direito a usar **5,2 trilhões de litros** de água por ano. São os gigantes do agronegócio, do setor sucroalcooleiro e do papel e celulose. Esta água seria suficiente para abastecer, por um ano, 94 milhões de pessoas, quase a metade do país.

94
MILHÕES DE
PESSOAS SERIAM
ABASTECIDAS

Ao oposto deste projeto de concentração, temos no Brasil o projeto de convivência com o semiárido, que se destacou pelo programa “Um milhão de cisternas”. Este programa fomenta a cultura do estoque de água, alimento e sementes. Em vez de grandes açudes em terras particulares, as cisternas estocam um volume de água para uso de cada família; o princípio fundante da cultura de convivência com o semiárido é a descentralização e a democratização da água. As famílias que o adotam passam de dependentes a gestoras de sua própria água.

Este contraste é um exemplo dos diversos projetos que moldam as relações de vida entre as pessoas, e delas com o meio ambiente, em nosso país. Um projeto popular precisa responder com consciência e criatividade às ameaças que estão destruindo o tecido destas relações.

A doença da concentração e da exclusão

Papa Francisco denuncia, em sua exortação apostólica *Laudate Deum*, o “pragmatismo homicida” que nos deixa conviver tranquilamente com este sistema de morte. “Corremos o perigo de ficarmos presos na lógica de corrigir, colocar remendos, amarrar com arame, enquanto sob a superfície avança um processo de deterioração que continuamos alimentando. (...) É como chutar uma bola de neve para frente”.

Para consolidar propostas capazes de uma mudança radical, precisamos dar nome às doenças deste sistema.

A primeira é o extrativismo predatório, adotado tanto à direita como à esquerda, como solução econômica para nossos países, considerados “subdesenvolvidos”. Este modelo extrativista garante a concentração de bens para as elites econômicas, que precisam de cada vez mais proteção para permanecer nas “áreas vip” do Planeta, enquanto a maioria vive cada vez mais nas amplas “zonas de sacrifício”. Além disso, este modelo homogeneiza as produções e as pessoas, pois o mercado lida mais facilmente com as massas homogêneas de consumidores e tende a reduzir ao máximo as diversidades, que podem representar elementos de resistência.

A segunda é a colonialidade, condição necessária para o capitalismo. Este, por definição, tem valor e conveniência só enquanto crescer e se expandir continuamente. Daí, a necessidade de conquistar, de avançar sempre para além dos limites e por cima dos projetos dos outros.

O racismo, terceira doença, é o anteprojetado da fraternidade universal. Não se trata simplesmente de um desvio descontrolado de grupos humanos que radicalizaram sua intolerância. É um verdadeiro projeto, uma arquitetura necessária e constantemente alimentada para preservar os privilégios de alguns. Hoje ficou explícito, nas atitudes e escolhas políticas das elites, que não há mais mundo para todo mundo: a única solução para garantir a superabundância de alguns é descartar ou marginalizar muitos outros. Assim, o racismo é a justificação antiética da colonialidade, oferece razões e narrativas que agregam as pessoas ao redor do discurso de ódio.

O patriarcado, da mesma forma, é o anteprojetado da igualdade de gênero, tida como ameaça pelo perigo da afirmação de novas categorias de relação e inclusão, num mundo moldado pelos padrões machistas. Esta doença atravessa a sociedade, descontrolando-se em muitas famílias onde se naturalizou a violência doméstica, até o feminicídio, hierarquizando as relações de trabalho e atrapalhando em muitos casos os caminhos de conversão de nossa própria Igreja.

A Igreja e o projeto popular

O diagnóstico simplificado que apresentamos acima demonstra que as graves contradições da miséria, da desigualdade, da guerra entre pessoas e contra o Planeta Terra não são simplesmente erros de percursos de uma humanidade que perdeu seu rumo, mas efeito previsto e organizado por uma arquitetura de exclusão e de privilégios. Fruto amargo de projetos de poder, frente aos quais, hoje, nos interrogamos como Igreja: é possível desenhar novos projetos populares, capazes de “esperançar”?

A Igreja é parte integrante desta sociedade estruturalmente adoecida. Assim, o Espírito de Vida que ela deveria trazer à sociedade, renovando-a à luz do Evangelho, frequentemente fica sendo sufo-

cado. Também porque crescem, dentro da Igreja, algumas doenças próprias, que acenamos a seguir.

A primeira é a dissociação entre o indivíduo e a comunidade, que leva à autogestão religiosa. Já era uma tendência típica de nosso tempo pós-moderno, mas ficou ainda mais acentuada no longo tempo da pandemia, que transformou profundamente o sentido de pertença e a rede de relações religiosas de muitas pessoas, famílias e comunidades.

Outra dissociação é aquela entre a fé e a transformação social que o Evangelho recomenda. Muitas pessoas separam drasticamente estas duas dimensões e consideram que podem viver plenamente sua experiência de fé totalmente desvinculado do compromisso social. Aliás, há diversos grupos fundamentalistas e arrogantes que atacam a Igreja quando ela propuser esta conexão, rotulando-a e condenando-a por estar, supostamente, se desviando da fé.

Estes ataques à dimensão libertadora da religião, na verdade, disfarçam outros interesses: os interesses financeiros e de controle do poder de grupos que financiam e amparam os “profetas da desgraça” de hoje, condenadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), do Sínodo sobre a Sinodalidade, do Ensino Social da Igreja e de tudo que possa ameaçar os projetos de concentração de que falávamos acima.

Uma última doença, plenamente humana e compreensível nos tempos de hoje, é o desânimo e a resignação. Nestes anos, deparamo-nos com desafios muito maiores que nossas forças e com problemáticas absolutamente desproporcionais, como a emergência climática, a desigualdade crescente, a perda de governança global e a incapacidade política de evitar novas guerras e construir soluções diplomáticas para aquelas já em curso. As pessoas de fé, que deveriam anunciar esperança, acabam retirando-se na esfera mais íntima do autocuidado e da busca de consolação, porque nas condições de hoje não conseguem imaginar outros horizontes.

Por que um projeto popular?

Essa introdução contextual serviu para mostrar a urgência de outro projeto, entrelaçando iniciativas das igrejas e da sociedade civil organizada, que voltem a abrir perspectivas de protagonismo para muitas pessoas que se sentem, hoje, cansadas e abatidas.

Quais as principais características de um projeto popular? Por ser popular, ele reconhece os verdadeiros protagonistas da história: “o povo fiel de Deus”, como disse Papa Francisco na Assembleia para uma Igreja Sinodal em Roma, em outubro de 2023; as comunidades, as pessoas “de a pé”, os grupos que são ainda hoje capazes de auto-organização, como os comitês populares (na linguagem dos movimentos), ou os círculos bíblicos e as Comunidades Eclesiais de Base (na linguagem eclesial). A Igreja tem uma rica e longa experiência em promover a reflexão popular sobre a fé, reunindo pessoas ao redor da Palavra de Deus e em constante conexão com os sinais e os desafios dos tempos, vejamos o exemplo a Campanha da Fraternidade 2022, com o tema “Fraternidade e fome” e o lema “Dai-lhes vós mesmos de comer” (Mt 14,16). Uma coisa seria uma Igreja assistencialista e preocupada só com as soluções emergenciais; outra coisa é uma rede de comunidades que, ao promover a solidariedade, provoque também reflexão e compromisso sobre as causas da fome e o compromisso socio-transformador da fé.

Por ser popular, o projeto nos provoca a respeito de seus alcances: quanto realmente estamos conseguindo “popularizar” nosso chamado à ação? De que formas a oportunidade de construir este projeto está nos aproximando mais aos territórios dos quais a Igreja vem progressivamente se retirando, especialmente as periferias urbanas?

Outra característica do projeto é sua radicação nos territórios. É neste nível que acontecem as mudanças mais “radicais”, como é

obvio compreender. Portanto, cabe à Igreja uma postura de firme oposição a todos os projetos que agridem os territórios ou impedem às comunidades definirem neles seus planos de vida. Ao mesmo tempo, por suas características, a Igreja tem a preciosa oportunidade de “escalar” os processos de denúncia ou de incidência política, nas diversas esferas a que a Igreja tem acesso, ao nível local, regional, nacional e mundial. O projeto que queremos construir, então, parte dos territórios e prioriza ações locais, mas se organiza de forma multiescalas para potencializar, em todos os níveis, as reivindicações dos excluídos/as.

Para isso, é indispensável o diálogo entre a Igreja, com seus organismos e pastorais sociais, e os movimentos populares. Papa Francisco os chama de “poetas sociais”. Realmente, como foi dito, “a beleza salvará o mundo”: também a beleza da práxis criativa, da arte que se associa à militância, da espiritualidade que fecunda a luta.

Outra dimensão característica de um projeto popular é a superação da democracia representativa, aquela que distribui cargos e encargos e acaba por separar os “especialistas” do jogo político dos cidadãos inertes. Acreditar na democracia participativa significa rejeitar a busca de soluções que venham “de cima” e exigir, ao contrário, que as instituições políticas repliquem e estructurem modelos socioeconômicos experimentados “nas bases” por sua eficácia. Uma reconstrução em chave local daquilo que Papa Francisco vem chamando de “multilateralismo a partir de baixo”.

Isto requer escuta, contato com as comunidades, “cheiro de ovelhas”; comporta também um exercício de formação permanente, monitoramento e controle social, que dinamiza as comunidades e as mantém vinculadas ao projeto que apresentaram. Gera-se uma dinâmica de pertença: o projeto não é entrega de um produto a outras instituições que o administrem, mas algo “nosso”, que precisamos fazer crescer, dentro do qual também crescemos.

“Ninguém solta as mãos de ninguém”: cria-se um pacto social que devolve sentido, mesmo nestes tempos de desesperança.

O rosto da Igreja se transforma, tornando-se mais samaritana, mais capaz de se indignar e se comover. Uma Igreja que não consegue ficar indiferente, “perita em humanidade”, confiante no Pai e pronta, sempre, a recomeçar.

Artigo elaborado por Padre Dário Bossi. Disponível em: Semana Social Brasileira: Tempo de um projeto popular – Semana Social Brasileira (ssb.org.br)

2.1 O BEM VIVER DOS POVOS

“O Bem-Viver é a radicalidade de sonhar outros mundos”. Bem Viver é um nome usado para conceituar a cosmovisão de comunidades tradicionais e originárias que se organizam a partir do coletivo. É um modo de vida que abarca a relação entre as pessoas, a natureza e o modelo econômico em sociedades que não tinham no capitalismo o modo possível de se organizar. Há correspondências do Bem Viver em muitas comunidades tradicionais e seus modos de organização antes da colonização sofrida na América Latina e no continente africano. Para os povos que viveram o massacre físico e epistêmico da colonização e escravidão, o Bem Viver é uma inspiração que nos permite sonhar outros mundos e organizar social e politicamente a sociedade dos direitos humanos e da natureza.



3 EIXOS ESTRUTURANTES: ECONOMIA, SOBERANIA E DEMOCRACIA

O que está acontecendo à nossa casa? Com estas palavras o Papa Francisco manifesta em diversas ocasiões sua preocupação com respeito ao modelo econômico dominante, que tem violentas consequências sobre a ecologia. Economia e ecologia são, de fato, sistemas de relações com a Casa Comum, da qual todas as criaturas fazemos parte. “Esta economia mata”, grita Papa Francisco na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, nº 53 (EG 53). O capitalismo vigora, por definição, enquanto esteja crescendo e tenha condições de expansão. Neste momento crítico, está fazendo as contas com os limites do Planeta e põe a humanidade em condições de tempo-limite. “Já não há mais tempo”, alertava dom Cláudio Hummes, na COP 21 de Paris e, em seguida, no Sínodo para a Amazônia.

Diante da crise socioambiental e climática, a busca por soluções interconectadas, conforme nos orienta a encíclica do Papa Francisco *Laudato Si'* (LS 139) torna-se urgente. É preciso entrelaçar os fios de um novo tecido de relações, visando uma transformação profunda, radical e duradoura, inspirada no Bem Viver dos povos.

3.1 ECONOMIA E DÍVIDAS SOCIAIS

As dívidas sociais são as dívidas que as elites dominantes impuseram ao povo brasileiro, em mais de 500 anos de exploração. Dívidas que se materializam no desemprego, nos salários indignos, nos sem-terra, no abandono aos pequenos agricultores/as e dos pescadores/as artesanais, na escravidão que persiste, na fome torturante, no extermínio dos povos indígenas, na discriminação dos migrantes,

no sucateamento dos serviços de saúde e educação, na precariedade dos serviços urbanos, nas agressões ao meio-ambiente.

A economia global, estruturada em torno da propriedade privada dos meios de produção e distribuição, visa maximizar lucros e controlar mercados em um ambiente marcado pela competição e pela exploração do trabalho e dos bens da natureza.

O Brasil segue apresentando um dos maiores índices de desigualdade econômica e social do mundo e continua sendo 'campeão' em concentração fundiária. O trabalho continua desvalorizado e precarizado, com altos índices de desemprego, especialmente entre os jovens, as mulheres e a população negra. Tanto no campo quanto na cidade, a população de baixa renda sofre repressão, criminalização e violência, quando se organiza para lutar por terra, trabalho, moradia, saúde, educação e dignidade.

A Economia que queremos

- ✔ Grandes fortunas taxadas, assim como as corporações, bancos e pessoas físicas.
- ✔ Reforma tributária com o fim da Lei Kandir.
- ✔ Dívida pública auditada.
- ✔ Fim do desmatamento em todos os biomas e redução da exploração de combustível fóssil e o fim das narrativas da bioeconomia e economia verde.
- ✔ Orçamento participativo, popular, comunitário e deliberativo.
- ✔ Fim das privatizações e reestatização de empresas públicas, incluindo o sistema carcerário.
- ✔ Economia de Francisco e Clara como experiência concreta e territorial.
- ✔ Cancelamento da dívida internacional em vista da reparação da dívida climática, colocando em prática o sonho do Jubileu, tempo de restituição, reparação das desigualdades, descanso da terra e nova harmonia nas relações entre todas as criaturas.

AÇÕES E CONVERGÊNCIAS

1

Realizar auditoria da dívida pública, priorizando a reparação das dívidas sociais.

- Campanha e mobilização pela Auditoria Cidadã da Dívida Pública, prevista na Constituição Federal – artigo 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).
- Rede Jubileu Sul: assegurar a superação da dívida pública ilegítima, das dívidas sociais através da Ação Mulheres pela reparação às dívidas sociais.

2

Incidir para o controle popular e participativo através dos conselhos de direito.

- Projeto de formação para conselheiros/as de políticas públicas, uma parceria entre a Comissão Episcopal para a Ação Sociotransformadora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (Cepast-CNBB) e o Centro Nacional de Fé e Política Dom Helder Camara (CEFEP).

3

Implementar a Economia de Francisco e Clara nos espaços eclesiais e sociais.

- Articulação Brasileira da Economia de Francisco e Clara: Casas de Francisco e Clara; vilas temáticas e núcleos regionais.

4

Atuar no enfrentamento da privatização do sistema presidiário.

- Pastoral carcerária: agenda nacional pelo desencarceramento.

3.2 SOBERANIA E DEMOCRACIA

Tentativas e efetivação de privatização do patrimônio nacional, trouxeram um alerta. A submissão dos interesses do capital internacional influencia na exploração dos bens naturais, (petróleo, minérios, águas, florestas). Isso afeta diretamente os povos originários e tradicionais, sobretudo na garantia de soberania e segurança alimentar da população e uso abusivo dos agrotóxicos.

A soberania nacional aponta para o desenvolvimento representado pela justa distribuição de renda e compreendida como a garantia de autodeterminação do conjunto do povo brasileiro para escolher e decidir sobre seu próprio destino. A participação popular ativa e a democratização do Estado estão vinculadas à força dos movimentos e organizações populares. Considerando as múltiplas opressões na sociedade brasileira, é de fundamental importância a organização de diversos sujeitos coletivos na sociedade e as práticas concretas de recuperação e construção dos bens comuns, o enfrentamento das elites e posicionamento emancipador e libertário.

Fatos recentes como aos ataques à democracia e as instituições democráticas; aumento da pobreza e do adoecimento das pessoas; aumento dos riscos para as mulheres, com destaque para as negras e populações LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência e pessoas em situação de rua; desmonte radical da seguridade social foram cruciais para a desigualdade social e aumento da violência.

A Soberania e Democracia que queremos

- ✓ Superação do fascismo e dos movimentos fundamentalistas de extrema direita.
- ✓ Incidência na revisão dos Conselhos de Direitos com sistema integrado e políticas públicas
- ✓ Soberania e segurança alimentar implementadas em todas as esferas da sociedade.
- ✓ Superação das violações contra as pessoas LGBTQIAP+ e a plena garantia dos direitos sociais e civis.

AÇÕES E CONVERGÊNCIAS

1

Mobilizar as comunidades e movimentos para atuação junto aos comitês populares.

→ Acompanhamento e mobilização local com o Projeto Brasil Popular e as ações relacionadas aos comitês populares nas regiões.

2

Incidir para a democratização da comunicação, com regulamentação das redes sociais.

→ Unir-se à Conectas na condução da reflexão e debates sobre a regulação de plataformas digitais no Brasil, com a participação ativa de organizações da sociedade civil e instituições acadêmicas.

→ Casa Galileia: promoção e fortalecimento de iniciativas democráticas, plurais e sustentáveis.

→ Acompanhamento e incidência das pautas da Comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados.

3

Atuar nas Conferências que mobilizam para o Sistema Universal de Seguridade e Proteção Social.

→ Grito continental: Conferência Nacional Popular pela Democracia, Paz e Desenvolvimento com Justiça Social e Ambiental.

4

Mobilização estratégicas para garantia dos direitos das pessoas LGBTQIAP+

→ Rede Católica LGBTQIAP+: processos de inclusão e participação.

4 GRANDES TEMAS: TERRA, TETO E TRABALHO

4.1 TERRA/TERRITÓRIO

O modelo de desenvolvimento do campo brasileiro é historicamente baseado na concentração fundiária e na monocultura extensiva, nos últimos anos sendo o agronegócio o protagonista deste processo.

Esse movimento tem estreita ligação com o desmatamento dos biomas produzindo a utilização crescente de agrotóxicos e amplo envenenamento do ambiente que produz consequências graves para a natureza na totalidade e para a própria humanidade.

Outra contradição ambiental é a sobre-exploração dos bens hídricos, destinados principalmente para grandes extensões irrigadas e áreas de confinamento (cerca de 70% dos pedidos de outorga hoje existentes são para irrigação).

Esta situação bloqueia a Reforma Agrária, que deixou de ser o programa político fundamental para a superação da fome.

A ausência do poder público no combate a violência no campo; desapropriação indevida de terra em benefício de grandes latifúndios; aumento da violência no campo, sem providências por parte do poder público estadual; implantação de hidrelétrica; ameaças aos povos indígenas; diminuição dos programas de financiamento

da agricultura familiar; utilização indevida de agrotóxico; violência contra as mulheres; assédio moral e intimidação aos povos por parte dos violadores; contaminação de rios para que as águas não sejam consumidas pelas populações locais; “cercamento” de lotes produtivos de plantação de alimentos para as comunidades e a liberação indevida do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA para a exploração da terra, são situações que violam as vidas das comunidades e suas famílias.

E por fim, a urgência no debate e incidência relacionada as urgências climáticas, que como elemento mundial, da casa comum, devem ser ampliadas na reflexão e na necessidade de planos estratégicos para a cidade e campo na prevenção, investimento nas infraestruturas relacionadas aos fluxos das águas, e o papel do poder público e sociedade civil para a atuação nas emergências.

A Terra/ Território que queremos

- ✔ A cultura dos povos tradicionais, originários, das águas e das florestas, dentre outras diversidades valorizados nos seus biomas, territórios e direitos.
- ✔ Superadas as desigualdades territoriais de fome, com a reforma agrária popular e segurança alimentar.
- ✔ Terras indígenas demarcadas; territórios quilombolas e das demais comunidades tradicionais reconhecidas, regularizados e titulados.
- ✔ Investimento e valorização por parte do governo federal dos pequenos agricultores e produções agroecológicas, superando a lógica de que o agronegócio que sustenta o Brasil.
- ✔ Uma agenda política para o Brasil que dê fim a financeirização e mercantilização da vida.

AÇÕES E CONVERGÊNCIAS

1

Dar visibilidade e incidir através da campanha e mobilizações contra a violência no campo e nos territórios dos povos tradicionais e originários.

- Fortalecimento coletivo da visibilidade para incidência dos relatórios sobre o conflito no campo da Comissão Pastoral da Terra e o relatório violência contra os povos indígenas no Brasil – Conselho Indigenista Missionário (Cimi).
- Integrar a Campanha contra a violência no campo e fortalecer a Campanha “A Vida por um Fio”.

2

Enfrentamento e combate à fome e fortalecimento da segurança e soberania alimentar.

- Protocolo de intenções entre o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e a Cepast-CNBB
- Pacto Global para combater a fome

3

Enfrentamento aos grandes projetos relacionados à mineração na defesa dos territórios e da biodiversidade.

- Movimento dos Trabalhadores Sem Terra; Movimentos de Mulheres Camponesas; Movimento dos Pequenos Agricultores; Movimento dos Atingidos por Barragens; Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente a Mineração; Comissão Especial de Ecologia Integral e Mineração e Teia dos Povos;
- Integrar as ações de mobilização pela reforma agrária, contra o uso de agrotóxico; enfrentamento a mineração e barragens.

4

Fortalecer os mecanismos de prevenção e atuação de emergência com a Campanha da Fraternidade 2025: Fraternidade e Ecologia Integral.

- Comissão Especial Episcopal para Ecologia Integral e Mineração.
- Setor de Campanhas da CNBB.

5

Proteger migrantes que vivem nas fronteiras e garantir plenamente seus direitos, livres da xenofobia e do tráfico de pessoas.

- Comissão de Enfrentamento ao Tráfico Humano.
- Serviço Pastoral dos Migrantes.

4.2 TETO/MORADIA

Atualmente, quase 85% da população brasileira vive no meio urbano, resultado de um processo que ocorreu, sobretudo no século XX, paralelo a uma “industrialização com baixos salários”. Nesse contexto, milhões de migrantes do meio rural foram para as metrópoles e resolveram sua necessidade de moradia sem o auxílio de políticas públicas – habitação, saneamento, mobilidade, etc. –, concentradas nas regiões centrais e regidas pelo mercado imobiliário.

Assim, o crescimento acelerado das cidades carregou as marcas do passado colonial e escravista, como vemos até hoje nas periferias com população predominantemente negra, que permanecem invisíveis, inclusive na representação dominante da cidade.

A apropriação dos recursos públicos e das melhores localizações para negócios ou retenção especulativa e o abandono das periferias e bairros centrais populares são as principais causas dos grandes problemas urbanos: a dispersão geográfica, que aumenta o custo da infraestrutura, causando: multiplicação despejos urbanos com violência; remoção dos pertences da população em situação de rua; moradias precárias; riscos de enchentes e alagamentos; descontinuidade de programa de políticas públicas de moradias; situação de insalubridade que vivem os catadores de materiais recicláveis; falta de demarcação das áreas de risco; falta de medidas concretas do poder público para regularização das áreas ocupadas irregularmente e de alternativas de moradia em locais seguros; contratos de aluguel abusivos, especialmente com imigrantes; conjuntos habitacionais comandados pelo tráfico; epidemias decorrentes da proliferação de mosquitos e da coleta insuficiente do lixo.

O Teto/Moradia que queremos

- ✔ Lideranças populares protagonistas na retomada sobre seus direitos, com foco no estatuto da cidade, e outras diretrizes sobre o Programa de Moradia.
- ✔ Pastorais contribuindo os Movimentos Sociais, articulando os diálogos com as Políticas Públicas, se apropriando das situações locais/territoriais sobre as discussões políticas.
- ✔ Igreja presente com as populações da cidade (periferias) com atuação de formação para o direito à cidade.
- ✔ Programas sociais para direito à moradia acessíveis, populares, sem precariedade e burocracias.
- ✔ Cidades inclusivas, programas de transformação dos modelos de transporte, construção civil e consumo energético conforme os princípios da ecologia urbana, novo equilíbrio nas relações campo-cidade e combate ao êxodo rural.

AÇÕES E CONVERGÊNCIAS

1

Inserir o debate sobre direito à moradia nas formações nas dioceses e paróquias.

→ Plano de ação da Pastoral da Moradia e Favela.

2

Realização da Campanha da Fraternidade sobre Moradia.

→ Setor Campanhas da CNBB e Pastoral da Moradia e Favela.

3

Realizar debates sobre políticas públicas para a cidade e organização popular.

→ Movimentos e organizações que fazem parte do grupo ampliado Pastoral da Moradia e Favela: União Nacional por Moradia Popular; União dos Movimentos por Moradia e Favela. Central dos Movimentos Populares.

4

Organização e fortalecimento das mulheres nas ocupações urbanas.

→ Rede Jubileu Sul Brasil: Ação Mulheres por Reparação às Dívidas Sociais.

5

Participação das etapas municipais e estaduais da 6ª Conferência das Cidades.

→ Etapa Municipal: de 15 de abril de 2024 a 30 de abril de 2025.

→ Etapa Estadual e do Distrito Federal: de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025.

→ Etapa Nacional: até 31 de agosto de 2025, com data a ser definida por Resolução do Conselho das Cidades.

6

Monitorar os índices e causas da violência nos territórios urbanos.

→ Coletivo de movimentos populares e pastorais sociais na organização e proposição de um processo.

7

Elaborar propostas de apoio a formação de cooperativas habitacionais no contexto urbano.

→ Movimento dos Trabalhadores sem Teto e projetos específicos de cooperativas.

4.3 TRABALHO

Atualmente, o trabalho está em profunda transformação no Brasil e no mundo, enquanto o aprofundamento da globalização financeira e da hegemonia neoliberal tencionam por uma flexibilização cada vez maior e por uma participação minguante do trabalho nas cadeias de valor.

Nesse contexto, o avanço técnico e produtivo é utilizado apenas para aumentar a pressão sobre os trabalhadores, desequilibrando a já desigual relação entre capital e trabalho.



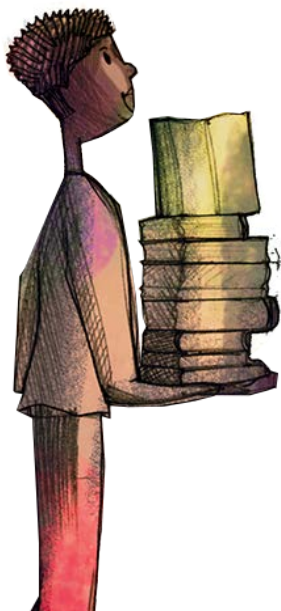
Para a desregulamentação do mundo do trabalho, o papel do Estado é fundamental. No Brasil, articulou-se um ataque brutal aos direitos e aos sistemas de proteção social com insistentes reformas trabalhistas e previdenciárias, uma agenda que amplia a liberdade do capital, facilitando as trabalho, emprego e renda.

De maneira geral, as reformas são propostas e aprovadas em períodos de crise sob a promessa de gerar emprego e estimular a economia. No entanto, após um período de Precarização do trabalho - renda baixa, ambiente de trabalho precário e sub emprego - aumento da população economicamente ativa em situação de sub empregos, alguns elementos são perceptíveis: altos índices de desemprego; trabalho informal e adoecimento dos/as trabalhadores/as - maior vulnerabilidade; perda de direitos (situação agravada com as Reformas Trabalhista e Previdenciária); trabalhadores encontrados em condições análogas à escravidão; ausência de

seguridade social; fome e insegurança alimentar, tem ampliado a situação degradante dos trabalhadores brasileiros.

O Trabalho que queremos

- ✔ A Economia Popular Solidária fortalecida como política pública.
- ✔ Regulamentada a remuneração do trabalho doméstico (na perspectiva do diálogo sobre a equidade de gênero).
- ✔ Regulamentada a Lei dos Migrantes para acesso a postos de trabalhos.
- ✔ Criado e implementado um Sistema de Proteção Universal e Seguridade Social.
- ✔ Fortalecidas as ações do poder público para o enfrentamento ao trabalho escravo, com os Termos de Ajustamento de Condições (TACs) efetivados.



AÇÕES E CONVERGÊNCIAS

1

Apoiar e mobilizar para a Conferência Nacional de Economia Solidária que acontecerá em 2025.

- Com a Secretária de economia solidária do governo federal.
- Articulações para participação juntamente com a Cáritas Brasileira.
- Pastoral Operária e plano de ação no tocante à Economia Popular Solidária.

2

Identificar, fortalecer a resistência e denunciar o trabalho análogo à escravidão em todas as faixas etárias: crianças, adolescentes, jovens e adultos.

- Comissão Pastoral da Terra: Campanha *de Olho aberto para não virar escravo*.
- Realizar parceria com o Ministério Público do Trabalho, inclusive para acessar recursos de multas.

2

Monitoramento e incidência a partir das principais leis e portarias nacionais de alteração nas leis trabalhistas.

- Comitê de Trabalho - CEPAST coordenando e informando sobre os aspectos relacionados ao trabalho.
- Acompanhamento às ações do Fórum Nacional do Trabalho.

4

Acompanhar a pauta da classe trabalhadora: resultado da conferência da Classe trabalhadora (empregos, direito, democracia e vida).

- Fórum das centrais sindicais.

5

PROCESSOS ESTRUTURANTES

Formação política para cidadania, políticas públicas, incidência política e mobilização social

Elaborar um plano de formação unificado que promova a integração entre as pastorais sociais, Comunidades Eclesiais de Base, grupos de Fé e Política, Pastorais da Juventudes, Movimentos Populares e demais organizações afins.

- ✔ Escolas de formação do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras sem Terra (MST) e Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras sem Teto (MTST);
- ✔ Mutirão pela democracia;
- ✔ Escolas de Fé e Política do CEFEP;
- ✔ Processos formativos Grito dos Excluídos;
- ✔ Processos de formação do Projeto Encantar a Política;
- ✔ Projeto Revista Casa Comum;
- ✔ Pós-graduação em Dimensão Social da Fé (CEPAST e CEFEP).
- ✔ O Grupo dos Vinte (G20) países com as maiores economias do mundo e a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (Cop 30).
- ✔ Jornada Mundial dos Pobres
- ✔ Ano Jubilar 2025: Peregrinos da Esperança e ações em comunhão com a reparação das dívidas sociais, juntamente com as ações da Rede Jubileu Sul Brasil.

FLUXOS ORGANIZACIONAIS:

Planejamento e Monitoramento

Objetivos:

Analisar a conjuntura relacionada as ações compartilhadas pelas entidades e organizações que estão na execução das ações de convergências.

Identificar os avanços, limites e conquistas nas incidências e mudanças necessárias no plano de ação.

Para isso, realizar plenárias virtuais por regiões, com proposta metodológica que acumule informações para a realização das Plenárias Nacionais, duas ao ano, uma no primeiro semestre e outra no segundo semestre.

Incidência Política

A incidência política engloba todas as atividades voltadas para mobilizar pessoas, grupos ou organizações em busca de soluções para problemas socioeconômicos e socioambientais. Seu objetivo é solicitar, persuadir, convencer ou, em alguns casos, pressionar os atores e/ou autoridades responsáveis a implementarem medidas que transformem as violações identificadas, por meio das seguintes ações:

- ✓ Incidência Política Nacional junto ao poder legislativo, executivo e judiciário (em colaboração com a grupo da “Incidência Compartilhada” e em diálogo com o grupo de parlamentares “Fratelli Tutti”).

- ✔ Incidência Política local (acompanhadas através do planejamento da CEPAST).
- ✔ Apoio às mobilizações populares, manifestações e marchas em busca da reivindicação de direitos coletivos (valorização do Grito dos Excluídos, participação no Acampamento Terra Livre, cooperação na Marcha das Margaridas etc.)

Comunicação para incidência política

Dialogar com a imprensa, produzir e publicar narrativas e produtos de comunicação resultado da plataforma do projeto popular. Possibilidade de informativo e parcerias com rádios populares e comunitárias.

Fluxo organizacional operativo

Plataforma ampliada

As organizações (convergentes) configuram-se através das organizações, pastorais e entidades que devem fortalecer as ações em comum a fim de potencializar e gerar processos robustos de transformação através da Incidência Política.

Desta plataforma ampliada, deliberar uma comissão executiva para a operacionalização dos fluxos de comunicação e articulação das ações, de maneira a colaborar para fazer a incidência de forma coletiva, objetiva e eficaz, através das ações de convergências.

As principais tarefas são: mapeamento de interlocutoras/es e espaços de participação; estudar e aprofundar o nível de contribuição de cada interlocução, bem como suas relações e as agendas das atividades comuns.

Ampliação da abrangência do Projeto Popular

- ✔ Realizar o lançamento do Projeto Popular nacionalmente e nos âmbitos dos regionais e dioceses.
- ✔ Realização de uma audiência pública nacional de apresentação do Projeto Popular, sobretudo das violações dos direitos humanos e da natureza. Replicar a experiência nos Estados e municípios.
- ✔ Agregar as ações do Projeto Popular aos planejamentos das pastorais, movimentos e organizações com ações de convergência, as propostas do plano para organização interna.
- ✔ Com base neste documento, elaborar outras versões com linguagens e didáticas populares para o trabalho de base.



Comissão Episcopal
para a Ação
Sociotransformadora

